

CONSTRUÇÃO E USO DE JOGO DE REGRAS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM VERBAL

Tânia Mara dos Santos Mello ¹
Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da Rocha ²

INTRODUÇÃO

O ensino escolar é um processo sistemático que requer o planejamento da ação pedagógica. Dentre as atribuições do docente, evidencia-se a prática pedagógica no cotidiano escolar como uma ação intencional no processo de ensino-aprendizagem.

Nesta prática reflexiva de planejamento do processo de ensino, o profissional docente utiliza diversos materiais como recurso pedagógico com o intuito de promover meios para que os discentes construam e reconstruam, de maneira significativa, o aprendizado.

O jogo de regras enquanto recurso pedagógico poderá contribuir no processo de desenvolvimento da linguagem verbal dos alunos que cursam os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo geral investigar o uso do jogo de regras como um recurso pedagógico no desenvolvimento da linguagem verbal dos alunos em ambiente escolar. Delimitou-se como objetivos específicos: (i) identificar modos pelos quais as crianças fazem uso da linguagem verbal durante as partidas; (ii) verificar a existência de novas estratégias por meio da linguagem e se diferentes formas de pensamento nelas se evidenciam a partir das experiências de jogo e (iii) analisar se e como a dinâmica do jogo e as interações propiciam o desenvolvimento da linguagem.

Esta pesquisa terá como participantes crianças entre 7 a 9 anos, matriculados em uma turma de segundo ano do Ensino Fundamental, alunos da pesquisadora em uma instituição de ensino municipal de Campinas.

Os objetivos serão alcançados através de observações (videofilmadas) da prática do jogo especialmente planejado para a pesquisa e mediação das estratégias de linguagem que desencadeiam ações favoráveis na prática do jogo.

Espera-se que os resultados tragam novos subsídios teóricos relativos a práticas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento da linguagem verbal, estruturada por meio do jogo de regras; além disso, por tratar-se de uma pesquisa de aplicação de atividade no cotidiano escolar, pretende-se contribuir para a formação de professores.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O procedimento metodológico utilizado para a realização desse estudo e a obtenção dos resultados esperados será de caráter qualitativo, baseado em uma pesquisa de campo desenvolvida com uma turma de aproximadamente 32 alunos matriculados no Ensino Fundamental de uma escola municipal, alunos da professora-pesquisadora.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Linha de Pesquisa: Formação de professores e práticas pedagógicas. Bolsista Capes/CNPQ, pedagogatania@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP). Líder do Grupo de Pesquisa: Formação e Trabalho Docente, silrocha@uol.com.br

Como subsídio para a fundamentação teórica foi realizada uma pesquisa bibliográfica na plataforma Scielo, utilizando o descritor "jogos" sem adicionar boleadores e sem limite temporal de publicação dos trabalhos. Buscou-se, assim, analisar as pesquisas produzidas em âmbito educacional com relação às práticas pedagógicas que envolvem a utilização dos jogos. Segundo Pizzani et al. (2012), a pesquisa bibliográfica assume importância fundamental, impulsionando o aprendizado, o amadurecimento, os avanços e as novas descobertas nas diferentes áreas do conhecimento, exigindo do pesquisador um esforço em descobrir o que já foi produzido cientificamente. Além disso, afirmam estes autores que para desenvolver esta atividade, existem diversas técnicas e procedimentos, os quais podem ser empregados para a identificação e localização dos trabalhos científicos já publicados. Sendo assim, relevante informar que obtivemos o total de 288 artigos.

Diante do total de publicações, por meio da leitura dos títulos e seus respectivos resumos, 40 publicações foram classificadas devido à menção de palavras atreladas ao âmbito escolar: escola, alunos, professor, jogo, brincadeira, desenvolvimento e aprendizagem.

As demais publicações foram eliminadas da análise pelos critérios de exclusão: saúde, empresarial, esporte, mídias, meio ambiente, comunicação, formação profissional, consumo, sociologia e administração escolar. Em função do nosso interesse, fizemos um terceiro recorte no conjunto de artigos e selecionamos os que realizaram pesquisas com jogos no ambiente escolar. Desta forma, nosso corpus ficou composto por 14 trabalhos. A partir do *corpus* selecionado, realizou-se análise que revela as diferentes modalidades de jogos utilizadas: adaptados, cognitivos, digitais e comerciais. Considerando como amostra a plataforma supracitada, não encontramos nenhum trabalho que investigue o jogo como instrumento de mediação que propicie o desenvolvimento da linguagem evidenciando a relevância da presente pesquisa.

Sendo assim, por meio da pesquisa bibliográfica, buscamos verificar como tem sido estudada, nas investigações científicas, a viabilidade do jogo enquanto recurso pedagógico em âmbito escolar.

A primeira etapa do trabalho de campo é o foco desta apresentação. Tratou-se da produção de um jogo de tabuleiro, feita pela pesquisadora com a colaboração dos alunos.

Na segunda etapa, serão realizadas as atividades com o jogo de regras, na rotina semanal da turma dos alunos do 2º ano A - Ensino Fundamental, de uma escola pública municipal de Campinas. Estipula-se que as atividades com o jogo sejam realizadas duas vezes na semana por um período de duas horas aulas (100 minutos), iniciando no mês de novembro e finalizando no último dia do ano letivo, previsto para dia 22 de dezembro de 2019.

Os participantes poderão ser beneficiados com as reflexões mediadas durante a interação dos envolvidos com a pesquisa, a partir dos procedimentos realizados e do surgimento de novas significações provenientes das dinâmicas da pesquisa.

Após a realização da pesquisa e diante dos resultados obtidos espera-se que os resultados tragam novos subsídios teóricos relativos a práticas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento da linguagem verbal, estruturada por meio do jogo de regras no contexto escolar; bem como, por tratar-se de uma pesquisa de aplicação, pretende-se contribuir para a formação de professores.

DESENVOLVIMENTO

A participação democrática de todos os envolvidos com a educação na comunidade onde a escola está situada dá origem a elaboração do Projeto Pedagógico da unidade escolar pública que é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96, que prevê os princípios e fins da educação e toda sua organização. Esta ação participativa prevista no calendário escolar e garantida na jornada de trabalho docente propicia oportunidades de reflexões acerca da Educação Básica. Por sua vez, tais reflexões

embasarão a elaboração de um plano educacional coletivo, que busque oferecer condições para o desenvolvimento integral dos alunos e assegure o cumprimento do artigo 205º da Constituição Federal de 1988, que define educação como um direito de todos e que visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ao direcionar um olhar à atuação do professor no âmbito escolar é imprescindível que sua ação esteja em consonância com as políticas públicas de educação, bem como, atenda ao artigo 13º da LDB nº 9394/96, o qual define, dentre suas incumbências, a elaboração e o cumprimento do plano de trabalho, pautando-se em um referencial teórico e buscando respaldo nos documentos oficiais para atender às especificidades da etapa e modalidade da educação em que atua. Ressaltamos que o ensino ministrado pelo professor é uma prática intencional porque é planejado, consciente e executado por meio da mediação pedagógica.

Franco (2016) atrela prática pedagógica ao sentido de práxis, devendo configurar-se sempre como uma ação consciente e participativa, que emerge da multidimensionalidade em torno do ato educativo. Portanto, a ação pedagógica tem uma intencionalidade em alcançar os objetivos educacionais pré-definidos dispostos no planejamento escolar; este, por sua vez, deve estar pautado em reflexão teórica que norteie a ação educativa.

Concordamos com Sinara e Mello (2017), quando afirmam que teoria e prática são indissociáveis e que não há prática sem uma raiz teórico-filosófica que a fundamente. As autoras ressaltam que quando afirmamos de maneira contrária, estamos nos referindo a uma teoria que não se concretiza e, conseqüentemente, o que temos é apenas um discurso sobre uma teoria.

Os alunos estão em constante desenvolvimento, construindo e reconstruindo o conhecimento por meio das interações sociais mediadas. A escola é espaço marcado pela heterogeneidade e as interações sociais vivenciadas produzem e compartilham culturas. Assim, nos baseamos na teoria histórico-cultural que se fundamenta na importância dos relacionamentos humanos e na cultura produzida por eles em diferentes tempos da história da humanidade.

Sinara e Mello (2017), ao abordarem a perspectiva da teoria histórico-cultural, afirmam que:

[...] Como o próprio nome indica, somos seres históricos e culturais: aprendemos a ser seres humanos de um tempo e de uma cultura. Formamos nossa inteligência e nossa personalidade ao longo da vida, enquanto aprendemos a usar os objetos da cultura criada ao longo da história pelos homens e mulheres que nos antecederam e também pelos homens e mulheres com quem convivemos. A biologia nos fundou, mas estamos hoje sujeitos a leis culturais, e, na cultura, somos um campo de possibilidades, de potências em termos de desenvolvimento. (SINARA E MELLO, 2017, p. 13)

Diante da reflexão teórico-filosófica de que o sujeito se desenvolve integralmente imerso em uma cultura, aprende e faz uso de diferentes recursos para aprimorar o pensamento, a memória, a percepção e as demais funções psíquicas superiores, ao elaborarmos o planejamento anual de ensino, é preciso considerar as especificidades dos alunos.

Sendo assim, torna-se fundamental o embasamento na teoria histórico-cultural e a referência nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais (2013), as quais prevêem práticas pedagógicas que respeitem a singularidade do sujeito e sua cultura:

Na Educação Básica, o respeito aos estudantes e a seus tempos mentais, socioemocionais, culturais, identitários, é um princípio orientador de toda a ação educativa. É responsabilidade dos sistemas educativos responderem pela criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade (diferentes condições físicas, sensoriais e socioemocionais, origens, etnias, gênero,

crenças, classes sociais, contexto sociocultural), tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria do percurso escolar, da Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Médio. (BRASIL, 2013; p.37)

Reconhecemos que cada sujeito tem seu direito assegurado para desenvolver-se e, por sua vez, compõe uma turma caracterizada pela heterogeneidade, o que favorece trocas de saberes e experiências.

Um dos desafios do trabalho docente é o de elaborar situações de ensino que respeitem as singularidades de desenvolvimento de cada aluno, de que decorre a inevitável heterogeneidade das turmas. A busca de estratégias, as quais possam auxiliar e/ou fomentar o processo de construção e reconstrução do conhecimento, garantindo o direito de cada aluno se desenvolver, é uma demanda permanente para os professores.

Tendo em vista que o trabalho investigativo de mestrado se aproximará da atuação docente nos anos Iniciais do Ensino Fundamental, consideramos relevante destacar a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), pois trata-se do documento mais recente que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas.

A BNCC (Brasil, 2017) integra as políticas públicas educacionais e visa assegurar as competências comuns de aprendizagens para cada etapa da Educação Básica. A BNCC (Brasil, 2017), em seu texto, ressalta a importância de valorizar as situações lúdicas de aprendizagens vivenciadas na Educação Infantil em continuidade no Ensino Fundamental. Afirma, também, ser imprescindível articular e prever uma progressiva sistematização dessas experiências, as quais têm como objetivo possibilitar aos alunos reflexões que lhes permitam atuar ativamente na construção e reconstrução de seus conhecimentos.

Ressaltamos que, tão somente incluir qualquer jogo nas atividades escolares, não é suficiente para que o recurso seja benéfico nas situações que objetivam oportunizar o processo de ensino e aprendizagem de maneira significativa.

Defendemos que se torna necessário conhecer o jogo como recurso, concomitante com um embasamento teórico que subsidie sua inserção no âmbito educacional enquanto instrumento da mediação pedagógica. A partir destas reflexões apontamos também a relevância de incluir as crianças na construção de recursos e de atividades pedagógicas. Esta inclusão torna-se especialmente relevante quando estimula o uso da linguagem e as coloca como protagonistas do trabalho educacional. Sendo assim, por meio da pesquisa bibliográfica, buscamos verificar como tem sido estudada, nas investigações científicas, a viabilidade do jogo enquanto recurso pedagógico em âmbito escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção do jogo para ser utilizado na segunda etapa da pesquisa, a qual tem como objetivo investigar o desenvolvimento da linguagem verbal contou com a participação ativa dos alunos em seu processo de criação e com a mediação da professora-pesquisadora.

A construção do jogo se deu por meio da participação das crianças com relação à definição estética do tabuleiro e objetos que o compõem. Tal participação ocorreu durante seis aulas, as quais foram planejadas da seguinte forma: 1) proposta de desenhos para ilustração do tabuleiro; 2) roda de conversa para levantamento de elementos a serem utilizados na ilustração do jogo: cor, frases e desafios do percurso; 3) devolutiva e análise conjunta do layout do tabuleiro com sugestões de adequação final dadas pelos alunos; 4) definição da forma de apresentação das "imagens-enigmas" que compõem o jogo; 5) votação para escolha da forma final em que são apresentadas as "imagens-enigmas" (carta, carta-coração e pulseira bate-enrola); 6) apuração e registro de todos os votos dados na aula.

Em todo o processo supracitado buscou-se respeitar a abordagem histórico-cultural na construção do jogo enquanto um objeto que tenha significado junto aos alunos e que nasceu

por meio de uma construção coletiva respeitando uma experiência democrática, criativa, contextualizada e que potencializou a opinião das crianças. Os resultados evidenciam a capacidade das crianças para construir propostas, negociarem entre si, participarem de decisões democráticas, compreenderem a proposta da construção do jogo. Ou seja, evidenciam a potencialidade de realização de práticas pedagógicas inovadoras para o desenvolvimento da linguagem.

Ressaltamos que as principais regras serão pré-definidas segundo o objetivo da pesquisa mais, ou seja, buscando estimular a interação dos participantes e possibilitando o desenvolvimento da linguagem verbal no contexto da prática estabelecida no jogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Possibilitar o desenvolvimento da linguagem verbal no contexto escolar por meio das práticas sociointeracionistas é de suma importância para a construção de um sujeito crítico, participativo e reflexivo, desencadeando ações de convivência coletiva no âmbito escolar de respeito mútuo as divergências, opiniões, manifestações, criatividade e liderança.

Sendo assim, a construção e uso de jogos de regras pode contribuir de forma mais efetiva na interação entre os participantes de maneira significativa, sendo um recurso pedagógico no processo de desenvolvimento da linguagem verbal, desencadeando o pensamento e novas estratégias reflexivas em torno do processo de comunicação.

Palavras-chave: Linguagem; Atividade Lúdica, Histórico-Cultural, Vigotski, Jogos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm. Consultado em: 20/04/2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27/04/2019.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. Rev. bras. Estud. pedagógicos. (on-line), Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.

PIZZANI, L., SILVA, R. C. da, BELLO, S. F., & HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia E Ciência Da Informação, 10(2), p. 53-66, 2012.

SINARA, Almeida da Costa; MELLO, Suely Amaral (org.). Teoria histórico-cultural na educação infantil: conversando com professoras e professores. Curitiba, PR: CRV, 2017.